

No Global Banking & Markets Latin America 2026, a Associação destacou que as reformas regulatórias avançam, mas que execução e coordenação agora são essenciais para ampliar o acesso ao capital local

As reformas regulatórias no Brasil e no México estão redesenhando as regras do jogo para a formação de capital na América Latina e no Caribe, mas participantes do evento **Global Banking & Markets Latin America 2026**, realizado em Miami, enfatizaram que a próxima fase deve focar em execução: tornar as emissões mais rápidas e baratas, ampliar a participação de investidores e criar escala suficiente para que empresas menores acessem os mercados de forma sustentável.

O debate ocorreu semana passada no painel **‘From reforms to results: Uneven paths to local capital access in LAC’s evolving markets** (Das reformas aos resultados: Caminhos desiguais para o acesso ao capital local nos mercados em evolução da América Latina e do Caribe)” e contou com a participação do nosso presidente, **Carlos André**; de **Natalia Dias**, diretora-gerente de mercado de capitais no IDB Invest; **Sofía Calvo**, diretora de finanças corporativas e de relações com bancos do Grupo Bimbo; e **Luis Gonzalí**, vice-presidente e codiretor de investimentos da Franklin Templeton Mexico.



Brasil e México: impulso reformista, pontos de partida distintos

O presidente da **Anbima** lembrou que o mercado de capitais brasileiro passou por um esforço de modernização ao longo dos últimos anos, abrangendo fundos de investimento, ofertas públicas e transparência na distribuição.

Carlos André observou que as reformas adequaram exigências de divulgação e requisitos processuais ao tamanho de cada oferta e ao seu público-alvo, reduziram o tempo de lançamento no mercado, introduziram regras mais rígidas de transparência sobre remuneração e conflitos de interesse na distribuição e modernizaram a indústria de fundos de investimento, que se aproximou muito mais dos padrões internacionais.

“Juntas, essas mudanças colocam o Brasil em melhor posição para o crescimento futuro do mercado, embora melhores condições macroeconômicas continuem sendo críticas”, disse ele.

O México, por sua vez, busca uma via simplificada de acesso para empresas de médio porte por meio de reformas da lei do mercado de valores mobiliários. Gonzalí, da Franklin Templeton, disse que o objetivo é trazer mais empresas ao mercado, reduzindo barreiras de custo e tempo. “A ideia é simplificar isso para essas empresas”, disse, citando reduções de taxas e prazos mais rápidos de aprovação.

Ele acrescentou que, no novo arcabouço, parte da aprovação deixa de passar pelo regulador. “Você não precisa do regulador. Precisa apenas da aprovação da bolsa de valores”, disse.

Mas Gonzalí alertou que a implementação é a parte difícil. “Em teoria, é uma lei muito bonita. No entanto, há muito trabalho legislativo a fazer”, afirmou Gonzalí, argumentando que muitas empresas menores ainda não têm governança e qualidade de crédito para atender às expectativas dos investidores, enquanto o volume das emissões pode ser muito baixo para grandes instituições.

IDB Invest: transformando política em fluxos investíveis

Dias destacou que o papel do IDB Invest é o de traduzir melhores regras em emissões e liquidez reais, conectando grandes fluxos globais de capital a oportunidades locais. “Traduzimos essas melhorias em oportunidades reais de investimento ao trazer novos investidores para o mercado”, disse.

Ela destacou o **Eco Invest**, implementado no mercado brasileiro, como exemplo de como um programa pode ser estruturado para atrair demanda internacional. A iniciativa, segundo Dias, já mobilizou volume relevante, com mais de US\$ 28 bilhões em investimentos captados.

Para abordar as restrições de investidores estrangeiros – especialmente mandatos que limitam exposição cambial ou a risco – ela apontou esforços para reempacotar ativos locais em formatos que atendam a exigências globais.

“Como podemos de fato reempacotar ativos locais e então direcionar esses ativos para grandes investidores institucionais?”, disse Dias, descrevendo a abordagem da iniciativa Request Plus do IDB Invest, que inclui ferramentas de mitigação de risco, como hedge cambial.

Visão de emissores

Do lado do setor corporativo, Calvo, do Grupo Bimbo, argumentou que a profundidade do mercado é construída menos por reformas pontuais e mais por emissões recorrentes, processos previsíveis e documentação padronizada, especialmente em períodos de volatilidade. “A liquidez não acontece com apenas uma emissão. Precisamos garantir que isso se torne algo consistente”, afirmou.

Calvo acrescentou que emissores frequentes podem ajudar a “criar essa consistência” na curva e na precificação, e que a infraestrutura operacional do mercado é tão importante quanto mudanças de regras. “Eficiência de custos é tão importante quanto regulação”, disse, enfatizando a coordenação entre reguladores, bancos, investidores e outros participantes para aumentar a previsibilidade e reduzir custos de emissão.

O objetivo, continuou Calvo, é manter janelas curtas e estar preparados para quando a oportunidade surgir.

Um ponto em comum: eficiência de processos e alinhamento

Apesar de realidades nacionais diferentes, o painel convergiu para um diagnóstico comum: alinhamento regulatório e eficiência de processos são essenciais para destravar liquidez e atrair investidores globais, especialmente para PMEs, em que escala, capacidade de divulgação e governança podem ser fatores limitantes.

Carlos André destacou que os mercados regionais têm a oportunidade de aprender mais rapidamente uns com os outros à medida que implementam novos arcabouços. “Temos muitas oportunidades de interagir e tentar encontrar iniciativas comuns. Precisamos aproveitar esse impulso e traduzi-lo em iniciativas concretas”, disse, referindo-se aos esforços paralelos do Brasil e do México para ampliar o acesso ao capital local.

O debate foi concluído com uma ênfase prática: reformas podem ampliar a porta de entrada, mas crescimento da base de investidores, emissões recorrentes, processos mais claros e apoio à implementação – incluindo educação e incentivos para intermediários – vão determinar se as PMEs conseguirão atravessá-la.

Fonte: [Anbima](#), em 02.03.2026.